

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

ADRIANE JOSÉ DE FRANÇA PINHEIRO
ANDRÉ CHARLES REIS DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE AS INTERVENÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL NO
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

São Luís – MA
2018

ADRIANE JOSÉ DE FRANÇA PINHEIRO
ANDRÉ CHARLES REIS DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE AS INTERVENÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL NO
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Administração
Estratégica da Faculdade Laboro, para obtenção do
título de Especialista.

Orientador(a): Prof.(a). Leonor Viana de Oliveira
Ribeiro

São Luís – MA
2018

Pinheiro, Adriane José de França

Um estudo sobre as intervenções da gestão pública estadual no centro histórico de São Luís - MA / Adriane José de França Pinheiro; André Charles Reis da Silva -. São Luís, 2018.

Impresso por computador (fotocópia)

15 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Estratégica) Faculdade LABORO. -. 2018.

Orientadora: Profa. Ma. Leonor Viana de Oliveira Ribeiro

1. Centro Histórico. 2. Gestão Pública Estadual. 3. Patrimônio. 4. Intervenções.
I. Título.

CDU: 351.712

**ADRIANE JOSÉ DE FRANÇA PINHEIRO
ANDRÉ CHARLES REIS DA SILVA**

**UM ESTUDO SOBRE AS INTERVENÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL NO
CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Administração
Estratégica, da Faculdade Laboro, para obtenção do
título de Especialista.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Leonor Viana de Oliveira Ribeiro
Mestre em História Ensino e Narrativas – UEMA

1º Examinador

2º Examinador

UM ESTUDO SOBRE AS INTERVENÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA

ADRIANE JOSÉ DE FRANÇA PINHEIRO¹

ANDRÉ CHARLES REIS DA SILVA²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral apontar as intervenções da gestão pública estadual do Centro Histórico de São Luís do Maranhão, com base em uma perspectiva bibliográfica através de obras já prontas, isto é, artigos, livros, teses, etc. Como resultados encontrados ao longo desta pesquisa, destacam-se obras de cunho intervencionista executadas durante o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, dentre elas: a construção da Feira da Praia Grande; a reconstrução do monumento histórico onde hoje se situa o Restaurante Escola SENAC; obras de infraestrutura (construção, recuperação e restauração de ruas, becos, escadarias e praças, incluindo iluminação pública); a revitalização total do Teatro Arthur Azevedo; a construção do Teatro João do Vale; a conquista do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, dentre outros.

Palavras-chave: Centro Histórico. Gestão Pública Estadual. Patrimônio. Intervenções.

A STUDY ON THE INTERVENTIONS OF STATE PUBLIC MANAGEMENT IN THE HISTORICAL CENTER OF SÃO LUÍS-MA

ABSTRACT

The present article has as general objective to point out the interventions of the state public management of the Historic Center of São Luís do Maranhão, based on a bibliographical perspective through works already finished, that is, articles, books, theses, etc. As results found throughout this research, we can highlight the interventionist works carried out during the Preservation and Revitalization Program of the Historic Center of São Luís, among them: the construction of the Praia Grande Fair; the reconstruction of the historical monument where today stands the SENAC School Restaurant; infrastructure works (construction, restoration and restoration of streets, alleys, staircases and squares, including public lighting); the total revitalization of the Arthur Azevedo Theater; the construction of the João do Vale Theater; the conquest of the title of Cultural Heritage of Humanity, among others.

Keywords: Interventions. State Public Management. Patrimony

¹ Especialização em Administração Estratégica pela Faculdade Laboro, 2017.

² Especialização em Administração Estratégica pela Faculdade Laboro, 2017.

INTRODUÇÃO

O despertar do interesse em pesquisar e estudar as intervenções da gestão pública estadual no que tange ao Centro Histórico de São Luís é resultante de um antigo contato com o ambiente histórico mencionado, uma vez que a aproximação com o mesmo cresceu de fato ao longo da jornada da graduação em Turismo, e com o decorrer da especialização em Administração Estratégica o interesse em colocar em pauta as intervenções no logradouro foi adquirindo cada dia mais força para ser posto em prática.

Logo, ao caminhar pelos becos, ruas e praças, visualizando e reconhecendo de perto os desafios enfrentados pelo sítio histórico da cidade para manter-se com sua essência e características originais, principalmente no que tange ao Bairro da Praia Grande, vários questionamentos foram surgindo, mas uma questão ganhou destaque: Quais as intervenções da gestão pública estadual no Centro Histórico de São Luís em relação ao seu patrimônio histórico cultural, no que tange a preservação e revitalização? A verdade é que o principal objetivo deste artigo é justamente apontar as intervenções da gestão pública estadual no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, tendo como principais alicerces, os seguintes teóricos: (ANDRÉS, 2006), (CARNEIRO, 2011), (CHAVES, 2012), (CUTRIM, 2011), (DUAILIBE, 2014), SANTOS (2006), (SILVA, 2010) e (SILVA, 2015).

Frisa-se, que do ponto de vista metodológico no que tange a elaboração deste artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica “que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 50). Assim, pretende-se com esta pesquisa colocar em pauta o centro histórico ludovicense no âmbito das intervenções de cunho estadual, alicerçado ao ato de revitalização, pois através desta dar-se-á largos passos para a garantia plena da preservação e conservação de um ambiente histórico e dos seus monumentos.

Para tanto, primeiramente, apresenta-se a gestão pública estadual. Posteriormente, menciona-se a gestão do patrimônio. Em seguida, trata-se acerca do Centro Histórico de São Luís, destacando-se na sequência as intervenções do governo estadual (Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL, “Projeto Praia Grande/Reviver”).

A GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

Atualmente o termo gestão é muito utilizado, porém nem todos conhecem sua definição. Essa questão é de grande relevância para quem é gestor público, uma vez que é ela quem determina a área de atuação.

Santos (2006, p. 03) conceitua gestão fazendo referência "às funções de gerência pública dos negócios do governo". Assim, em concordância, e de forma mais elaborada, Carneiro (2011, p. 05) diz que "'gestão pública" está ligado diretamente à administração e, por consequência, à ideia de planejamento, direção, organização e controle, neste caso, de instituições de natureza pública".

Para enfatizar ainda mais a ligação e a importância entre os dois termos, Santos (2003, p. 03) ressalta que o administrador público age em três diferentes níveis:

- a) atos de governo, que se situam na órbita política;
- b) atos de administração, atividade neutra, vinculada à lei;
- c) atos de gestão, que compreendem os seguintes parâmetros básicos:
 - I- tradução da missão;
 - II- realização de planejamento e controle;
 - III- administração de R. H., materiais, tecnológicos e financeiros;
 - IV- inserção de cada unidade organizacional no foco da organização; e
 - V- tomada de decisão diante de conflitos internos e externos.

Assim, é notório que a gestão pública possibilita o controle da competência do Estado na promoção do bem comum estabelecido politicamente e dentro das normas administrativa, ou seja, ela é de grande relevância para o interesse público.

Contextualizando para o Estado do Maranhão, Silva (2016, p. 23-24) afirma que "o Maranhão tem como os principais instrumentos para a Gestão Pública o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA", os quais constam na Constituição Federal de 1988, no art. 165:

- Art. 165 - Leis de iniciativa do Executivo estabelecerão:
- I – plano plurianual;
 - II – as diretrizes orçamentárias;
 - III – os orçamentos anuais" (Constituição Federal).

Percebe-se que o Maranhão utiliza poucos instrumentos da gestão como princípios norteadores em sua gestão, uma vez que o planejamento, o gerenciamento, transparência e controle são um dos pilares da administração e gestão pública.

Logo, ressalta-se que segundo Freitas (2006, p. 37),

A implementação de um programa de revitalização do Centro Histórico da capital maranhense, à luz das discussões sobre a problemática de preservação dos bens culturais, só se efetivou na gestão do Governador João Castelo (1979-1982) que incluiu entre as prioridades do seu plano de governo questões referentes à preservação do Centro Histórico de São Luís, organizando uma equipe técnica, sob a coordenação da SEPLAN - Secretaria de Planejamento.

A partir deste momento é evidente que de fato os gestores começam a direcionar os olhos para o Centro Histórico, de modo a gerir o mesmo através de obras de grande vigor, mesmo as execuções tendo sido realizadas muito em função de interesses políticos.

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Sabe-se que a gestão é o conjunto de interações de uma cadeia de autores, logo, não seria diferente dentro do âmbito público, uma vez que todos que trabalham neste ramo estão concentrados em atuar de forma benéfica para o patrimônio histórico cultural, já que em sua grande maioria é considerado como um definidor de identidade.

Segundo Correa e Calliari (2017, p. 43),

A valorização do patrimônio só pode ocorrer socialmente, quando a comunidade onde o bem cultural está inserido (seja ela local, municipal, nacional ou mesmo mundial) entende que ele é relevante para contar a sua história e construir sua identidade.

É notório que para o patrimônio local ser valorizado é necessária à união de diferentes gestões, onde o principal objetivo será a preservação dos bens contidos no ambiente histórico e logicamente a valorização do seu entorno também. Visto que eles não atuam de forma independente, mais sim em parceria com possíveis interessados, buscando sempre uma gestão compartilhada com o intuito de implementar políticas públicas.

Logo, em se tratando do centro histórico de São Luís frisa-se aqui que, pensando na preservação do patrimônio e de como ele possa ser gerido, autores como Cunha (2005, p. 03) abordam um perfil para esse profissional, onde segundo Cunha, é,

“(…) o profissional que precisa preservar e aprimorar a sua sensibilidade artística e, ao mesmo tempo, dominar técnicas gerenciais e organizacionais específicas da área cultural. O gestor necessita, também, manter o diálogo entre o universo artístico-cultural, o Poder Público, o meio empresarial e a sociedade civil como um todo.

É explícito que o responsável por tal gestão vai muito além de planejar, organizar e controlar, visto que, ele precisa realizar um planejamento estratégico, um plano de sustentabilidade, estabelecer parcerias, conhecer as estruturas organizacionais no campo da cultura, fontes de financiamento, dentre outros, para que assim, consiga manter o patrimônio conservado, valorizado e protegido. Já que a preservação de nosso patrimônio cultural caracteriza a espinha dorsal de todos os projetos, pois é pilar, imprescindível sem a qual não é possível planejar nenhuma transformação.

O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

O Sítio Histórico representa em cada canto do seu entorno um pouco da história das gerações passadas, assim como, também apresenta características marcantes dos povos que ajudaram na sua construção. Logo, frisa-se que ele está inserido na capital maranhense “São Luís, localizada na região Nordeste, quase num dos pontos mais ao norte da costa brasileira. Ela está a dois graus ao sul da linha do Equador, fazendo parte ainda da Amazônia legal” (LOUREIRO, 2003, p. 86).

É crucial ressaltar que São Luís foi fundada há 405 anos (em 1612) por franceses, invadida por holandeses e colonizada por portugueses, e, é possuidora de um expressivo acervo arquitetônico repleto de singularidade, essência e característica de origem portuguesa apesar de ter sido fundada por franceses. Portanto, em se tratando de discorrer sobre o logradouro histórico, Duailibe (2014, p. 13), ressalta,

O chamado *centro histórico* de São Luís apresenta oficialmente cerca de 8 km, sendo o recorte territorial englobando 11 bairros e o Anel Viário. Nessa divisão são cerca de 220 hectares com aproximadamente 5.607 imóveis. Dos bairros inscritos como *centro histórico*, Praia Grande e Desterro caracterizam-se pelas maiores referências ao passado colonial ludovicense.

Contudo, o citado sítio histórico teve seu início no bairro da Praia Grande, pois ainda segundo Duailibe (2014, p. 30),

O bairro da Praia Grande era o cerne dos empreendimentos urbanos, pois apresentava como característica principal o fornecimento de mercadorias e insumos para o comércio local e também como entreposto para os produtos que eram levados para Portugal. O que hoje é apenas um bairro, historicamente representava o maior aspecto do desenvolvimento econômico da cidade.

O fato é que os monumentos existentes no logradouro foram sendo erguidos pouco a pouco pelos próprios povos que ali habitavam em casas simples, mas com o passar das décadas muitas moradias foram sendo demolidas e no lugar delas construíram edificações cujas mesmas acabaram ganhando elementos singulares que vão além de pedra, cal e tijolos, como os imponentes e tradicionais azulejos trazidos da Europa, mas precisamente de Portugal através de povos que fizeram de São Luís sua colônia. Isso ganha respaldo, uma vez que Andrès (2006, p. 58-59), afirma,

Em São Luís como nos centros urbanos maranhenses em geral, a partir do último quartel do século XVIII, as casas que até então eram em sua maioria muito precárias e construídas de taipa e palha, foram sendo substituído por edificações de alvenaria de pedra argamassa com a cal extraída de conchas marinhas, óleo de peixe e madeira de lei. Construtores e mestres de obras vindos diretamente de Lisboa ou do Porto, passaram a utilizar-se de materiais importados, como as cantarias de Lioz, azulejos e serralherias, trazidos com a dupla função de servir também como lastro de navios a vela.

Conforme Patrimônio da Humanidade (2009) *apud* Silva, Nogueira e Pereira (2012, p. 536),

O conjunto da Praia Grande é formado por ruas, becos, travessas e escadarias que se constituíram por muitos anos no centro comercial de São Luís. Hoje, guarda a memória de um tempo de esplendor e opulência. É um patrimônio cultural único - orgulho, coração e alma da cidade.

Portanto, no bairro citado anteriormente, estão situado os principais elementos propulsores que fizeram o Centro Antigo de São Luís tornar-se histórico devido às várias construções com acabamentos requintados, tanto que nele estão diversos imóveis do Sítio Histórico tombado pelo governo estadual e muitos outros por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e o bairro já mencionado em outrora foi agraciado com a implantação de um programa de preservação e revitalização que inicialmente ficou conhecido simplesmente como Projeto Praia Grande, e posteriormente passou a ser denominado como Projeto Reviver.

AS INTERVENÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL (PPRCHSL - O PROJETO PRAIA GRANDE/REVIVER)

Entre o final da década de 1960 e já adentrando na década de 1970, o centro histórico, mais precisamente o bairro da Praia Grande começou a enfrentar uma crise relacionada com a escassez de pessoas deixando de frequentar os seus espaços, comércios e conseqüentemente o abandono daqueles que antes habitavam o seu entorno como local de moradia, logo isso fica ainda mais evidente quando Cutrim (2011, p. 127) menciona,

Especialmente a partir da década de 1970, com a construção da ponte José Sarney e o surgimento de bairros nobres numa outra área da cidade, o Centro Histórico perde habitantes, estabelecimentos comerciais e prestígio, adquirindo outra identidade, a de lugar do abandono, do descaso.

Em virtude disso, no ano de 1979 durante a gestão do governador do Maranhão João Castelo houve um encontro sobre o estudo de sítios históricos e os seus respectivos patrimônios como deixa claro Andrès (2006, p. 99-100) ao ressaltar que, “o evento contou com 32 especialistas de vários estados do Brasil possuidores de experiência na área, comparecendo técnicos especializados e competentes do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Brasília, da Bahia”, e muitos outros.

Conseqüente, Chaves (2012 p. 58) enfatiza afirmando que, “nessa reunião, técnicos de várias partes do Brasil discutiram as diretrizes do Projeto de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, tendo como produto final o Projeto Praia Grande”. Com base nisso, a reunião acabou sendo batizada como o Primeiro Encontro Nacional da Praia Grande, ambiente considerado como o principal bairro a possuir monumentos históricos.

Como consequência positiva da reunião, o arquiteto John Gisiger, em parceria com Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès e Ronald Almeida, estes juntos tiveram a significativa ideia de produzirem um projeto que visava finalmente à preservação e revitalização do aludido respaldado através do “Decreto Estadual nº 7.435 de 16 de novembro de 1979, no âmbito da Secretaria de Planejamento - SEPLAN-MA” (SILVA, 1997, p. 28), projeto conhecido como Praia Grande/Reviver.

Em 1979, após a idealização de todo o plano estratégico deu-se início as diversas intervenções de melhorias necessárias ao Sítio Histórico, os trabalhos foram

realizados até meados de 1983, sendo que essa foi à primeira etapa do programa conhecido popularmente como Projeto Praia Grande e teve como grande marco, a obra com a qual foi contemplada a Feira da Praia Grande, “primeira das intervenções devido a sua situação no coração do bairro histórico e principalmente pelo seu potencial como geradora de emprego, renda e movimentação para a área” (ANDRÈS, 2006, p. 111). Ainda na primeira etapa do citado Projeto, houve a execução de mais obras, a saber:

A obra do Albergue do Voluntariado de Obras Sociais (VOS) que objetivou a reconstrução de um imóvel completamente arruinado no bairro da Praia Grande e sua adequação para abrigar uma obra social da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social, ao mesmo tempo em que deixava de se constituir em foco de degradação representado pelas suas ruínas. A reforma da Praça da Praia Grande eliminando um dos mais graves focos de insalubridade do bairro, que se concentrava naquele terreno baldio junto à Praça do Comércio. A obra do Beco da Prensa, assim chamado por estar situado ao lado de uma indústria que prensava os fardos de algodão para exportação em pleno século XIX, é uma das artérias tipicamente estreitas e ladeadas por imponentes sobradões da Praia Grande (ANDRÈS, 2006, p. 116-118).

Por falta de recursos financeiros fundamentais para a continuidade das intervenções houve a paralisação das obras que até então estavam em andamento. Essas dificuldades acabaram surgindo durante a gestão de Luís Alves Coelho Rocha que teve seu mandato entre 1983 e 1987, tanto que na segunda etapa do programa de acordo com Andrès (2006, p. 120-121), “a conseqüentemente diminuição de investimentos em obras no Centro Histórico neste período teve como resultado o agravamento no estado de conservação do acervo”.

A escassez de recursos para garantir a continuidade do programa causou impactos prejudiciais ao acervo arquitetônico mesmo tendo a realização de pesquisas e alguns projetos, pois “na medida em que as obras foram interrompidas as conseqüências de caráter totalmente negativo foram surgindo, ou seja, a degradação voltou a assombrar as edificações já que não havia nenhum trabalho de conservação do ambiente em andamento” (SILVA, 2015, p. 57).

Somente após o fim da gestão de Luís Rocha como este era conhecido no meio político, as melhorias estruturais do Sítio Histórico da capital maranhense foram reiniciadas com o mesmo vigor de outrora. Todavia, graças às verbas cedidas pelo Ministério da Cultura e da SECMA (Secretaria de Estado da Cultura) “período em que o Estado do Maranhão era governado por Epitácio Cafeteira Afonso Pereira um dos vários aliados políticos do presidente do Brasil José Sarney naquela mesma época”

(SILVA, 2015, p. 58). Durante o mandato, ocorreu uma mudança de grande feito já que, por sua vez, Epitácio Cafeteira tentava deixar impregnados na memória da população momentos de total positividade de sua gestão, isto significa dizer que ele mudou radicalmente o nome do projeto, ou seja, deixou de ser Praia Grande e passou a ser designado como Reviver.

A mudança da nomenclatura do projeto deu-se ao fato de que se pretendia com essa tática dá uma “vida” ao Patrimônio Histórico, e também para não lembrar o antigo governo administrado por João Castelo no qual foi dada a primeira nomenclatura ao PPRCHSL, e, conseqüentemente guardar na memória da população, porém, de acordo com Silva (2010, p. 87), “contraditoriamente ao que se propaga na preservação, o Projeto Reviver promoveu demolições. As razões para demolir bens tombados podem ter inúmeras variantes e podem ser singulares”.

O fato é que a Terceira Etapa do programa ficou conhecida como Projeto Reviver (1987 a 1991) que de acordo com Chaves (2012, p. 62), “as intervenções ocasionadas pelo Projeto Reviver sobre o Centro Histórico, apesar de se concentrarem no bairro da Praia Grande, foram essenciais para a construção de um cenário patrimonializado”. Como algumas obras específicas dessa etapa pode-se citar,

A obra do conjunto de galpões comerciais do porto da Praia Grande que jaziam abandonados foi transformada em centro de ensino e complexo cultural, Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, esta obra foi precedida de intensos debates e negociações, além da instalação do Museu de Artes Visuais e da reconstrução da antiga sede da companhia telefônica que chegou a desabar completamente e hoje abriga o Restaurante Escola do SENAC (ANDRÉS, 2006, p. 137-142).

De acordo com Freitas (2006, p. 41) na terceira etapa ainda tivera outras intervenções como: “Recuperação integral da Infraestrutura urbana; Construção de praças, jardins e alargamento das calçadas de cantaria; Restauração dos becos e escadarias e pavimentação das ruas com paralelepípedos”, dentre outros. Ou seja, “significantes intervenções foram executadas nesse período após o PPRCSSL ter sido reiniciado já que anteriormente foi interrompido por falta de verbas e interesse político” (SILVA, 2015, p 60.).

Contando com todas as intervenções efetuadas com a iniciativa do Projeto Reviver “no total foram realizadas obras estruturais com o intuito principal de dar nova visibilidade à área, foram envolvidas 15 quadras e 200 imóveis com a recuperação da

rede de água, esgoto e drenagem” (CUTRIM, 2011, p. 135). Além de que houve também intervenções para garantir melhorias no sistema de iluminação pública da área em questão.

“A marca Projeto Reviver, como ficou popularmente conhecida esta etapa, ficou de tal forma impregnada na coletividade que os cidadãos começaram a trocar o nome do bairro Praia Grande pelo Projeto reviver” (ANDRÈS 2006, p. 140). Hoje ainda percebe-se nitidamente que o povo ludovicense e alguns visitantes preferem taxar o bairro Praia Grande como sendo Reviver, pois ficou claramente registrado na mente de cada indivíduo as significantes intervenções ocorridas na época do referido projeto. Todavia, “a identificação com este nome junto à população, infelizmente, não denota o seu grau de conhecimento do casario edificado, mas sim das obras que lá ocorreram e do alardeamento que foi feito em torno destes acontecimentos” (CUTRIM, 2011, p. 135).

Com uma nova nomenclatura o projeto foi prosseguindo nos anos de 1991 a 1994, durante todo o mandato de Edison Lobão no comando do Maranhão, e a quarta etapa do programa pôde ter continuidade. Como intervenções significantes desse período destacam-se,

A restauração e completa recuperação da configuração original do verdadeiro templo da cultura no Maranhão, o Teatro Arthur Azevedo. A inauguração de um projeto piloto de habitação em 1993 que assegurou a reconstrução de um imóvel que chegou a ficar completamente arruinado após incêndio seguido de desabamento, e a construção do Mercado do Peixe reconhecendo-se aí a importância das atividades portuárias tradicionais na vida cotidiana dos bairros Desterro e Portinho (ANDRÈS, 2006, p. 148-151).

O plano tático de restauração e revitalização do Centro Histórico só ganhou mais destaque e, conseqüentemente maiores investimentos a partir de 1995, na gestão de Roseana Sarney na quinta e conseqüentemente mais longa etapa do programa devido aos inúmeros projetos que visavam à conquista e obviamente a inclusão de São Luís na lista do Comitê do Patrimônio Mundial da Humanidade através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Assim sendo, “a quinta etapa do PPRCHSL teve diversas obras executadas sendo que muitas foram agraciadas com verbas de financiamento advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID através do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR” (SILVA, 2015, p. 62), dentre as quais destacaram-se os

projetos que visavam melhorias ou implantação como: Casa do Maranhão; Morada das Artes; Viva Cidadão; Praça da Seresta; Praça dos Catraieiros; Praça da Praia Grande; Teatro João do Vale; Escola de Música do Estado – Solar Lilah Lisboa; Cais da Praia Grande; Centro de Capacitação Tecnológica do Estado – CETECMA (atualmente conhecido como IEMA – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão), dentre outros.

A prioridade e urgência atribuídas à obra do Cais da Praia Grande foram motivadas pelo acentuado grau de degradação que afetava a antiga estação e os seus usuários; Escola de Música do Estado – Solar Lilah Lisboa concluída em abril de 2001, esta obra assegurou a recuperação e adequação de valioso exemplar da arquitetura urbana de São Luís; O Teatro João do Vale, esta obra concluída em Dezembro de 2001, veio garantir de forma definitiva a recuperação e adequação de antigos galpões de açúcar da Praia Grande; Projeto Casa do Maranhão, obra concluída em março de 2002, compreendeu a adequação do valioso sobrado que no século XIX foi sede do Tesouro Estadual (ANDRÉS, 2006).

Dentre as obras ou projetos da quinta etapa tiveram destaque também o Projeto voltado para a Casa de Nhôzinho que “foi um mestre em criar personagens do bumba meu boi através de esculturas com o intuito de valorizar a cultura maranhense em suas diversas dimensões” (SILVA, 2015, p. 63); o Projeto São Luís Patrimônio Mundial que visava, sobretudo, a conquista do título em questão após um longo programa de preservação dividido em várias etapas. Deste modo, é relevante destacar que na quinta etapa do programa um marco ficou registrado na UNESCO e na memória de cada cidadão ludovicense, o tão almejado título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido ao Centro Histórico da capital maranhense, mas precisamente no ano de 1997.

O Programa que visava à preservação e conseqüentemente também a revitalização do Sítio Histórico da capital maranhense teve continuidade ainda no ano de 2002 quando o Estado até então era governado por Roseana Sarney, e depois ficou a cargo do vice-governador na época José Reinaldo Tavares já que Roseana renunciou ao cargo para se candidatar ao senado federal nesse mesmo ano. A Sexta e última fase foi finalizada em 2006, ano no qual a gestão do Estado naquele momento pertencia à José Reinaldo Tavares, e teve-se no citado ano a conclusão de diversas obras que foram iniciadas ainda na etapa anterior e que até então estavam em andamento.

Com o sucesso da implantação do PPRCHSL, diversos monumentos históricos foram honrados com atos de revitalizações o que fez despertar nos cidadãos na época o interesse pela preservação e conservação do ambiente em si. Além disso, é crucialmente relevante salientar que,

Em uma palestra durante o Seminário: Gestão Compartilhada para o Centro Histórico, realizada no dia 20 de maio de 2015, no Teatro Municipal, antigo Cine Roxy, Kátia Bogéa na época superintendente do IPHAN no Maranhão fez o seguinte relato: o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís consumiu 100 milhões de dólares ao longo de todo o período em que esteve em execução, sendo que, o PPRCHSL exigiu um enorme esforço de todos os envolvidos (SILVA, 2015, p. 65).

Ou seja, a colocação feita no parágrafo anterior, reflete acontecimentos memoráveis que o supramencionado programa garantiu a todas as etapas em que as mais diversas intervenções foram executadas no logradouro histórico da capital maranhense, o que fez com que o mesmo ganhasse visibilidade e reconhecimento, seja por parte da sociedade autóctone ou nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, faz-se crucial realçar que o Centro Histórico de São Luís é um dos mais singulares do Brasil devido às características peculiares do seu conjunto arquitetônico aliado ao valor histórico e cultural.

Dito isto, cabe frisar que com a elaboração deste artigo foi nítido perceber e compreender que entre 1979 e 2006 o supramencionado sítio foi protagonista de inúmeras intervenções devido ao PPRCHSL e suas fases. Logo, é fundamental dizer que o primeiro passo tomado para garantir ao logradouro atos de preservação, revitalização e conservação foi o Projeto Praia Grande, no qual dentre tantas obras de intervenção, uma ganhou muito prestígio na época e hoje é considerada como um patrimônio de enorme valor histórico, arquitetônico e comercial (Feira da Praia Grande/Casas das Tulhas), além da reconstrução de um imóvel histórico no bairro da Praia Grande, resgatando o mesmo da degradação e adequando-o ao Albergue do Voluntariado de Obras Sociais (VOS) da Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social.

Com a concepção deste trabalho foi possível compreender também que, apesar de no início do Projeto Reviver (terceira fase) muitos monumentos terem sido demolidos seja por motivo singular ou não, faz-se fundamental mencionar que obras extremamente relevante foram executadas, dando assim, mais “vida” e qualidade ao ambiente histórico, dentre as intervenções, destaca-se: a reconstrução da antiga sede da companhia telefônica, onde hoje situa-se o Restaurante Escola SENAC; Recuperação plena da Infraestrutura, restaurando desde os becos, escadarias e até mesmo garantindo ao local a construção de praças, alargamento das calçadas de cantaria, pavimentação das ruas com paralelepípedos e melhorias no sistema de iluminação pública.

Cabe salientar também a restauração e completa recuperação do traçado original do Teatro Arthur Azevedo, relevante intervenção que ocorreu na quarta etapa do PPRCHSL.

E por fim, salienta-se a quinta etapa como uma das mais importantes e de maior destaque do PPRCHSL na gestão de Roseana Sarney, onde foram executadas inúmeras intervenções, pois a citada gestora adquiriu grandes investimentos. Dentre as obras relevantes desta etapa, frisa-se as que foram executadas exclusivamente no bairro da Praia Grande: Teatro João do Vale; Cais da Praia Grande; Escola de Música do Estado – Solar Lilah Lisboa; Casa do Maranhão; Praça dos Catraieiros; Praça da Praia Grande e o projeto da Casa de Nhôzinho.

Destarte, é importante frisar que todas as intervenções foram relevantes para garantir ao Centro Histórico maior visibilidade, a preservação, revitalização e conservação do acervo arquitetônico e a conquista do título de Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade, uma vez que o PPRCHSL teve como intuito preservar a memória da cidade, revitalizar o acervo arquitetônico e conservar a história de uma época.

REFERÊNCIAS

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: Revisão Crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro

Histórico de São Luís/ PPRCHSL, Sobre o Enfoque da Conservação Urbana Integrada. Recife: UFPE, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, Juarez Domingues. **Gestão pública responsável: uma abordagem do sistema CFC/CRCS.** Brasília: Conselho Federal De Contabilidade, 2011.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação patrimonial no bairro do desterro: estudos sobre os projetos de patrimonialização no centro histórico de São Luís - MA.** São Luís: UFMA, 2012.

CORREA, Vanessa Fernandes; CALLIARI, Mauro Sérgio Procópio. **Preservando o patrimônio histórico: um manual para gestores municipais.** São Paulo: Mack Pesquisa, 2017.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão cultural – profissão em formação. Gestión Cultural.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. **Patrimônio da humanidade: a edificação discursiva da cidade de São Luís nas políticas de preservação do Estado.** Araraquara: UNESP, 2011.

DUAILIBE, Nayala Nunes. **Etnografias das polifonias do centro histórico de São Luís.** Goiânia: UFG, 2014.

FREITAS, Elaine Aires. **Interesses políticos nas cenas do patrimônio cultural: o caso de São Luís “patrimônio da humanidade”.** São Luís: UEMA, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOUREIRO, Fernanda Jane Furtado. **Dinamismo de áreas históricas centrais - Florianópolis (SC) e São Luís (MA).** Florianópolis: UFSC, 2003.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Aline Ribeiro da. **Gestão Pública em Saúde: a Lei de Responsabilidade Fiscal na Gestão Pública.** São Luís: EDUFMA, 2016.

SILVA, André Charles Reis da. **Centro Histórico de São Luís - MA: Os avanços e retrocessos da preservação.** São Luís: FACAM, 2015.

SILVA, Georgia Patrícia da. **De volta à praia grande: O “velho” Centro com o “novo” discurso.** São Luís: UFMA, 2010.

SILVA, Georgia Patrícia da; NOGUEIRA, Elizabete Melo.; PEREIRA, Maria Neusa de Lima. **Promoção do turismo na Praia Grande (MA): entre a fantasia e a realidade**

no cenário do patrimônio cultural. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012, pp.530-545.

SILVA, Ronald Almeida. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.** 2. ed. São Luís, 1997.